



DESENVOLVIMENTO E ESTAGNAÇÃO

O debate entre desenvolvimentistas
e liberais neoclássicos



CONTRACORRENTE





André Nassif

DESENVOLVIMENTO E ESTAGNAÇÃO

O debate entre desenvolvimentistas
e liberais neoclássicos

SÃO PAULO

2023





Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Alameda Itu, 852 | 1º andar |

CEP 01421 002

www.loja-editoracontracorrente.com.br

contato@editoracontracorrente.com.br

EDITORES

Camila Almeida Janela Valim

Gustavo Marinho de Carvalho

Rafael Valim

Walfrido Warde

Silvio Almeida

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO DE PROJETO: Juliana Daglio

REVISÃO: Ayla Cardoso

PREPARAÇÃO DE TEXTO E REVISÃO TÉCNICA: Amanda Dorth

DIAGRAMAÇÃO: Gisely Fernandes

OBRA DA CAPA: Luiz Dolino

DESIGNER DE CAPA: Maikon Nery

EQUIPE DE APOIO

Fabiana Celli

Carla Vasconcellos

Regina Gomes

Nathalia Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nassif, André

Desenvolvimento e estagnação : o debate entre
desenvolvimentistas e liberais clássicos / André
Nassif. -- São Paulo, SP : Editora Contracorrente,
2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5396-109-8

1. Desenvolvimento econômico 2. Estagnação
econômica 3. Neoliberalismo I. Título.

23-154716

CDD-320.51

Índices para catálogo sistemático:

1. Neoliberalismo : Ciência política 320.51
Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

📧 @editoracontracorrente

📘 Editora Contracorrente

🐦 @ContraEditora



À memória de meus pais, Morena e Alfredo, e de meu
irmão, José Luiz: todos bem vivos em mim.







O propósito de estudar economia não é obter um conjunto de respostas prontas para as questões econômicas, mas aprender como evitar ser enganado por economistas.¹

¹ ROBINSON, Joan. *Contributions to Modern Economics*. Trad. livre. Nova York: Academic Press, 1978, p. 75.





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO	21
INTRODUÇÃO - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ESTAGNAÇÃO: AS DIFERENTES VISÕES TEÓRICAS	25
PARTE I - A CORRENTE DESENVOLVIMENTISTA	55
PRÓLOGO À PARTE I	57
CAPÍTULO I - RAÍZES CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTISMO	59
1.1 Smith e os retornos crescentes	62
1.2 Marx e a acumulação de capital	68
1.2.1 Dinâmica capitalista e desemprego estrutural	75
1.2.2 Tendência à queda da taxa de lucro	77
1.3 Schumpeter e o progresso tecnológico como processo de “destruição criativa”	86
1.3.1 O processo de destruição criativa	93
1.3.2 Desenvolvimento e ciclos econômicos	95
CAPÍTULO II - O DESENVOLVIMENTISMO CLÁSSICO E DESDOBRAMENTOS RECENTES	101



2.1 Desenvolvimento econômico como mudança estrutural: o modelo de Lewis com oferta ilimitada de mão de obra.....	103
2.2 Modelo de “ <i>big push</i> ” e desenvolvimento como processo equilibrado.....	112
2.3 Encadeamentos produtivos e desenvolvimento como processo desequilibrado.....	118
2.4 Industrialização, desindustrialização e estagnação.....	128
2.4.1 Industrialização e as leis de crescimento de Kaldor.....	128
2.4.2 Desindustrialização “natural” e desindustrialização prematura	140
2.4.3 “ <i>Catching up</i> ” e regressão econômica: de Kaldor à lei de Thirlwall.....	144
CAPÍTULO III - O MODELO CENTRO-PERIFERIA E A ECONOMIA POLÍTICA DA CEPAL: ONTEM E HOJE.....	155
3.1 O modelo centro-periferia como base teórica do estruturalismo-desenvolvimentista latino-americano.....	157
3.2 A economia política da Cepal e o Estado nacional-desenvolvimentista.....	170
3.3 O neoestruturalismo cepalino e o modelo centro-periferia hoje.....	193
CAPÍTULO IV - SUBDESENVOLVIMENTO, DESENVOLVIMENTO E ESTAGNAÇÃO: A ATUALIDADE TEÓRICA DE CELSO FURTADO.....	205
4.1 Subdesenvolvimento, desenvolvimento e estagnação em Furtado.....	207
4.2 Doença holandesa e maldição dos recursos naturais: a análise seminal de Furtado.....	219
CAPÍTULO V - PRÓLOGO AO NOVO DESENVOLVIMENTISMO: NOTAS SOBRE O REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO E AUSTERIDADE FISCAL.....	231



5.1 Regime de metas de inflação.....	232
5.1.1 Regime de metas de inflação: antecedentes.....	232
5.1.2 O regime de metas de inflação na prática	239
5.1.3 Regimes de meta de inflação: crítica	247
5.2 Austeridade fiscal	257
CAPÍTULO VI - O NOVO DESENVOLVIMENTISMO: INTEGRANDO A MACROECONOMIA À TEORIA DO DESENVOLVIMENTO.....	263
6.1 As teses centrais do novo desenvolvimentismo.....	266
6.1.1 Crescimento com poupança externa.....	277
6.1.2 Doença holandesa e sua neutralização	282
6.2 Pontos críticos da teoria novo-desenvolvimentista.....	291
CAPÍTULO VII - IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA À GUIA DE CONCLUSÃO: EM DEFESA DO RETORNO DOS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO.....	299
PARTE II - A CORRENTE LIBERAL NEOCLÁSSICA.....	315
PRÓLOGO À PARTE II.....	317
CAPÍTULO VIII - TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E A DEFESA DO LIVRE COMÉRCIO.....	321
8.1 As novas teorias de comércio internacional e a reafirmção da defesa do livre comércio.....	322
8.1.1 Vantagem comparativa <i>versus</i> concorrência imperfeita: novos argumentos teóricos para o livre comércio.....	322
8.1.2 Cadeias globais de valor e o viés ideológico liberal.....	331
CAPÍTULO IX - A MACROECONOMIA NEOCLÁSSICA DO CRESCIMENTO.....	341
9.1 Modelos de crescimento em economias fechadas.....	343



9.1.1 Antecedentes keynesianos.....	343
9.1.2 Modelos neoclássicos de crescimento em economias fechadas.....	346
9.2 Modelos neoclássicos de crescimento em economias abertas.....	358
9.2.1 Fundamentos dos modelos: inovações, “spillovers” tecnológicos e variedade de produtos.....	358
9.2.2 Comércio e crescimento em economias abertas: impactos do livre fluxo de bens, serviços e conhecimento.....	363
9.3 Modelos neoclássicos de crescimento: a crítica desenvolvimentista.....	368
CAPÍTULO X - O CONSENSO DE WASHINGTON E A IDEOLOGIA DO NEOLIBERALISMO.....	383
10.1 A era de Bretton Woods e o liberalismo regulado.....	387
10.2 O Consenso de Washington e a difusão do neoliberalismo.....	393
10.2.1 O Consenso de Washington original e ampliado.....	393
10.2.2 As principais fragilidades do Consenso de Washington.....	399
CAPÍTULO XI - IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA À GUIA DE CONCLUSÃO: FALHAS DE MERCADO COMO CRITÉRIO PARA ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – UMA CRÍTICA AO ARGUMENTO LIBERAL NEOCLÁSSICO.....	417
11.1 Falhas de mercado como critério para adoção de políticas públicas: o argumento liberal neoclássico.....	417
11.1.1 Falhas de mercado: uma crítica ao argumento liberal neoclássico.....	422
CONCLUSÃO.....	427
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	441



APRESENTAÇÃO

O livro que você está começando a ler é uma notável análise e discussão da teoria do desenvolvimento econômico e das causas da estagnação econômica. É um livro teórico que nos auxilia a compreender por que os países tendem a se desenvolver e por que países como o Brasil, que cresceram de maneira extraordinária após a Segunda Guerra Mundial e estavam alcançando o nível de padrão de vida dos países ricos, nos anos 1980 entraram em um interminável período de estagnação econômica. Passaram então a crescer lentamente e ficaram para trás dos países ricos.

Este não é um livro sobre a economia brasileira, nem um livro com uma única teoria do desenvolvimento, mas um livro no qual vemos como evoluíram as teorias heterodoxas, keynesiano-desenvolvimentistas, e como essas teorias se comparam com a teoria neoliberal neoclássica – a teoria dominante ensinada nas universidades dos países centrais, que desde os anos 1980 as adotam e praticamente as impõem aos países da periferia do capitalismo.

Ao invés de complicar a teoria econômica, este livro a simplifica. Mostra que, no fundo, há duas estratégias, ou duas formas de organização econômica do capitalismo – a forma desenvolvimentista, que supõe uma intervenção moderada do Estado na economia e o nacionalismo econômico, e uma forma liberal, que limita a ação do



LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Estado à garantia da propriedade e dos contratos e à responsabilidade pelo equilíbrio fiscal, enquanto rejeita o nacionalismo econômico quando este é praticado pelos países periféricos.

Tanto para os economistas desenvolvimentistas como para os liberais, o desenvolvimento econômico depende do investimento e este, da taxa de lucro esperada. A diferença está no fato de que os liberais acreditam que, havendo liberdade de mercado, a taxa de lucro será satisfatória, a taxa de investimento será elevada e a alocação dos fatores será eficiente, de forma que “viveremos no melhor dos mundos possíveis”. Os desenvolvimentistas pensam de forma diferente. Defendem a liberdade de mercado, mas não esperam dele mais do que ele pode dar.

A teoria econômica é a ciência que estuda a coordenação das economias pelo mercado e pelo Estado. Portanto, estuda o capitalismo de um ponto de vista econômico. Nessa forma de organização social é importante distinguir o centro da periferia do capitalismo. No capitalismo, não são apenas as empresas, mas também os estados-nação que competem entre si. Por isso, é necessário que cada país, sem negar a importância da cooperação internacional, defenda seus interesses, seja nacionalista econômico.

Em segundo lugar, é preciso compreender que, ao contrário do que pensam os liberais, os setores econômicos não são equivalentes. O desenvolvimento econômico está associado ao aumento da produtividade que, por sua vez, aumenta não apenas conforme aumenta a capacidade produtiva de cada trabalhador, mas também com a transformação de mão de obra de setores com baixo valor adicionado por pessoa, que são pouco sofisticados e pagam salários baixos, para setores com alto valor adicionado por pessoa, que são mais sofisticados e pagam salários mais altos. Por isso, os desenvolvimentistas dizem que desenvolvimento econômico é industrialização, ou, mais amplamente, é sofisticação produtiva.

Para os países centrais, não interessa que os países da periferia do capitalismo se industrializem. Não querem ter mais competição



APRESENTAÇÃO

do que já têm. Por isso, procuram impedir sua industrialização, e usam como instrumento de dominação o liberalismo econômico – mais especificamente, a lei das vantagens comparativas do comércio internacional. Essa é uma lei absurda, que ignora que os países podem aprender e, assim, as vantagens se modificam. No século XIX, os ingleses diziam aos alemães que seu país era “essencialmente agrícola”, mas a Alemanha se tornou uma potência industrial. Essa lei supõe ainda o pleno emprego – o que permite aos economistas liberais afirmarem que, para se industrializar, os países da periferia precisam diminuir sua produção agrícola ou mineral – não obstante, o pleno emprego seja a exceção, não a regra.

Para discutir as teorias desenvolvimentistas, André Nassif dividiu seu livro em duas partes. Na primeira, discute as teorias desenvolvimentistas estruturalistas; na segunda, trata da teoria liberal neoclássica. E dedicou sete capítulos às teorias desenvolvimentistas, com as quais se identifica, incluindo um capítulo sobre as raízes conceituais e outro sobre as implicações de políticas públicas.

No Capítulo I estão as ideias básicas sobre o desenvolvimento econômico – as ideias de Adam Smith, Karl Marx, Joseph Schumpeter e, em algumas passagens, John Maynard Keynes. Smith explicou a riqueza das nações pelo investimento e a divisão do trabalho; Marx deu ênfase à taxa de lucro esperada, à taxa de juros, e à acumulação de capital. Schumpeter mostrou que, na competição perfeita suposta pelos liberais, a taxa de lucro é muito baixa; só a inovação pode criar uma vantagem competitiva que cria demanda para a empresa, aumenta sua taxa de lucro esperada, e a leva a investir; Keynes, finalmente, criticou a liberal teoria neoclássica ao mostrar que a oferta não cria automaticamente a demanda, mostrou que nas economias capitalistas os capitalistas podem entesourar dinheiro, em vez de investir, e argumentou que só a administração da demanda agregada pode assegurar às empresas competentes taxas de juros baixas e taxas de lucro satisfatórias que as levem a investir.



No Capítulo II, André discute a corrente estruturalista-desenvolvimentista, ou teoria desenvolvimentista clássica, que surge conjuntamente com os primeiros economistas desenvolvimentistas. É uma teoria crítica do liberalismo neoclássico, uma teoria abstrata e a-histórica. Com os desenvolvimentistas clássicos, o desenvolvimento econômico passa a ser visto como um fenômeno histórico que se identifica com a industrialização. E surgem os primeiros modelos críticos da teoria liberal neoclássica: o modelo do *big-push* de Rosenstein-Rodan, o modelo centro-periferia e o modelo da restrição externa de Raúl Prebisch, o modelo do deslocamento de mão de obra para a indústria de Arthur Lewis e o modelo dos rendimentos crescentes de Nicholas Kaldor. Todos foram economistas keynesianos, que salientaram o papel da demanda. André salienta que, nos anos 1960, Kaldor formulou as “leis do crescimento”, entre as quais a mais importante, ou original, foi a defesa da industrialização, devido ao fato de que na economia existem rendimentos crescentes de escala.

No Capítulo III, temos as ideias cepalinas, a versão latino-americana, estruturalista, do desenvolvimentismo clássico. Raúl Prebisch foi o principal economista dessa corrente, que ele construiu no âmbito da Cepal – a Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas – com a ajuda de muitos economistas, particularmente, de Celso Furtado. Como dirigia uma agência internacional, Prebisch não falou em imperialismo, mas em centro e periferia. Mostrou que desenvolvimento econômico era mudança estrutural ou industrialização e criticou o centro por defender uma troca desigual – uma troca de bens sofisticados por bens simples. Mostrou, por outro lado, como os países em desenvolvimento estão sujeitos a uma restrição externa – a permanente “falta” de dólares: enquanto nos países ricos a elasticidades-renda das importações é menor do que um, nos países periféricos a elasticidade-renda das importações de bens manufaturados é maior do que um. Um problema para o qual só há uma solução: a industrialização.

No Capítulo IV, o foco é a contribuição de Celso Furtado, que pensou o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como expressões do



APRESENTAÇÃO

centro e da periferia. O subdesenvolvimento não é um estágio anterior à industrialização e ao desenvolvimento, mas é uma configuração histórica criada pelo centro ao se impor à periferia, é uma forma que assume a divisão internacional do trabalho, na qual o centro se industrializa enquanto cabe à periferia produzir bens agrícolas e minerais. Furtado usou sempre o método histórico-estrutural ou histórico-dedutivo para construir sua teoria do desenvolvimento e a localizou sempre no quadro da interdependência entre as nações. No capítulo sobre Furtado, André lembra que, ainda nos anos 1950, o grande economista brasileiro praticamente identificou a doença holandesa ao analisar a economia da Venezuela. Pena que depois não tenha levado adiante essa ideia.

André define o Capítulo V como “um prólogo ao novo desenvolvimentismo: notas sobre o regime de metas de inflação e austeridade fiscal”. Nesse capítulo, ele comenta que o desenvolvimentismo clássico deu relativamente pouca importância à teoria macroeconômica e afirma que Bresser-Pereira, com sua teoria novo-desenvolvimentista, procurou preencher essa lacuna. Observa também que eu me dei conta de que as políticas industriais e tecnológicas, necessárias para o desenvolvimento, tornavam-se inefetivas se não fossem acompanhadas por políticas macroeconômicas, principalmente política cambial e política monetária que criem o ambiente para que aquelas políticas microeconômicas tenham efeito. André discute então a política de metas de inflação, que os bancos centrais adotaram quando, ainda nos anos 1980, viram que as políticas monetaristas propostas por Milton Friedman, que foram por um breve momento dominantes, não os ajudavam a controlar a inflação. E nesse capítulo ele ressalta a importância da teoria da inflação inercial, que, em São Paulo, Yoshiaki Nakano e eu, e no Rio de Janeiro, os economistas da PUC (Pontifícia Universidade Católica) desenvolveram. Acho interessante André ter visto a teoria da inflação como um prólogo para o novo desenvolvimentismo, porque, para mim, essa teoria, e particularmente o “paper” “Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores



da inflação”,² teve tal papel. Depois desse prólogo, André dedica o Capítulo VI à teoria novo-desenvolvimentista – que um grupo de economistas brasileiros e eu vêm construindo desde os anos 2000. Naturalmente, me senti muito lisonjeado e feliz ao ser colocado ao lado dos pioneiros do desenvolvimento. Até o final dos anos 1990, eu era um macroeconomista pós-keynesiano e um desenvolvimentista clássico. Entretanto, no final dessa década, depois de 20 anos de quase-estagnação dos países latino-americanos, me dei conta de que eram necessários modelos teóricos adicionais para compreender o problema do desenvolvimento e da estagnação. Começamos pela crítica da taxa de juros alta e da taxa de câmbio apreciada no longo prazo. Embora os economistas liberais nos governos afirmassem que os preços eram determinados pelo mercado, vimos que a taxa de juros era muito mais alta do que a taxa de juros internacional mais o risco Brasil, e que a taxa de câmbio se mantinha tendencialmente apreciada no longo prazo. Em consequência, as empresas capazes deixavam de ser competitivas e não investiam, enquanto o poder aquisitivo e o consumo de trabalhadores e de rentistas eram artificialmente elevados. Vimos também que, ao contrário do que afirma a teoria convencional, a taxa de câmbio é uma variável determinante do investimento. Podíamos afirmar isto porque também afirmávamos que a taxa de câmbio não é meramente volátil em torno do equilíbrio corrente, mas tende a permanecer apreciada no longo prazo. Por duas razões: porque a política de crescimento com endividamento externo aprecia a moeda nacional no longo prazo e porque uma doença holandesa não neutralizada mantém a taxa de câmbio apreciada para a indústria, não para as “*commodities*”. Finalmente, afirmamos que a macroeconomia que interessa é uma macroeconomia e uma política macroeconômica do desenvolvimento na qual o Estado deve ser responsável por cerca de 20 por cento do investimento total e o governo deve garantir as condições gerais

2 BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. “Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação”. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 4, n° 1, 1984.



APRESENTAÇÃO

da acumulação de capital, ou seja, investir em educação, ciência e tecnologia, investir na infraestrutura, manter instituições que garantam o bom funcionamento do mercado, garantir a existência de um sistema financeiro local capaz de financiar os investimentos e manter os cinco preços macroeconômicos no lugar certo: a taxa de juros real deve ser relativamente baixa; a taxa de câmbio real, competitiva; a taxa de lucro, satisfatória para as empresas industriais investirem; a taxa de salários crescendo com o aumento da produtividade, e a taxa de inflação em um nível baixo.

André Nassif discute o novo desenvolvimentismo com grande competência, porque ele é um dos mais notáveis economistas desenvolvimentistas brasileiros. Quando, porém, eu o conheci, em 2008, ele acabara de publicar na revista que edito, *Brazilian Journal of Political Economy*, um artigo em que negava a tese que eu então estava começando a defender, a partir da teoria que estava desenvolvendo, de que o Brasil estava sofrendo um grave processo de desindustrialização. André, porém, é um economista que pensa com autonomia e clareza. Com o passar do tempo, ele mudou sua opinião sobre a desindustrialização e se tornou um dos economistas que mais têm feito contribuições para o novo-desenvolvimentismo.

O Capítulo VII é uma conclusão da análise realizada. Nela, André enfatiza que o desenvolvimento econômico só é bem-sucedido quando resulta de um projeto nacional. E aproveita para falar de contribuições recentes para a teoria do desenvolvimento. Cita, então, autores como Ha-Joon Chang, Erik Reinert e Mariana Mazzucato, que mostraram que todos os países exitosos no processo de *catching up* se guiaram pelos princípios desenvolvimentistas, e não pelos preceitos neoclássicos (herdados de David Ricardo) de adesão incondicional a práticas de *laissez-faire* e livre comércio; Alice Amsden e Robert Wade, desenvolvimentistas voltados para os países do Leste da Ásia; autores neoschumpeterianos, como Mario Cimoli, Giovanni Dosi e Gabriel Porcile; e autores neoclássicos, mas desenvolvimentistas, como Dani Rodrik.



LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

A segunda parte do livro é dedicada à teoria liberal neoclássica do desenvolvimento. No Capítulo VIII, André discute as teorias liberais de comércio internacional; no Capítulo IX, a teoria neoclássica do crescimento; e no Capítulo X, o Consenso de Washington e a ideologia neoliberal. São capítulos muito interessantes, mas confesso não ter paciência com o que os liberais neoclássicos chamam de teoria do desenvolvimento. Como dizia Celso Furtado, não passa de ideologia. Ideologia que aparece não disfarçada de teoria no Capítulo X. O Capítulo XI é a crítica de André Nassif a essas teorias.

Temos, assim, um belo livro. Uma brilhante análise das teorias do desenvolvimento de um economista desenvolvimentista engajado na luta pelo desenvolvimento – uma luta difícil, que só será vencida quando o desenvolvimentismo voltar a ser a forma de organização econômica do capitalismo dominante no Brasil e na América Latina e soubermos rejeitar a política de crescimento com endividamento externo, decidirmos neutralizar a doença holandesa e devolvermos ao Estado o papel de investir em setores estratégicos da economia.

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Professor Emérito da Escola de Economia de
São Paulo (FGV-EESP)



PREFÁCIO

A discussão teórica sobre os principais fatores e estratégias de política econômica que levam países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento a se transformarem em países desenvolvidos sempre foi campo de disputa entre economistas liberais e desenvolvimentistas. Essa divergência ficou explícita, na teoria e na prática de políticas econômicas, entre o final do século XVIII e início do século XIX, quando Alexander Hamilton, o primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos após a independência, e Friedrich List, o economista nacionalista alemão, rechaçaram as recomendações liberais dos economistas políticos clássicos, que apontavam o livre-comércio como a melhor estratégia para que os países atingissem elevado nível de riqueza material e social. O tema continua sendo um dos pontos da discórdia entre liberais neoclássicos e desenvolvimentistas: enquanto os primeiros são defensores das estratégias de *laissez-faire* e livre-comércio internacional, ou, na melhor das hipóteses, de grau mínimo de intervenção do Estado, os desenvolvimentistas advogam a intervenção ativa do Estado em prol do desenvolvimento econômico.

No Brasil, essa discussão surge frequentemente nas mídias tradicionais (imprensa, televisão e rádio) e digitais (as redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram, dentre outras) de forma fragmentada, apaixonada e fortemente ideologizada. Mas o viés fortemente ideológico embutido nesse debate não é privilégio do



ANDRÉ NASSIF

Brasil. Ele também ocorre na maioria dos países. Não que as teorias econômicas sejam livres de ideologia. Como argumento num dos capítulos do livro, nem mesmo as teorias que se “vendem” como “puras” estão livres de ideologias inerentes aos conflitos de classes sociais, aos posicionamentos políticos, aos interesses econômicos, às influências culturais etc.

Entretanto, penso que o economista, ao formular, analisar teorias ou propor soluções para as questões econômicas, deve se esforçar para separar a aparência e o discurso fácil (ou ideologicamente enviesado) da essência (“teoria”), além de privilegiar a regularidade dos fatos observados (as chamadas regularidades empíricas) e levar em conta o contexto histórico, político e social. Também será indispensável respeitar evidências empíricas e experiências históricas dos países no mundo capitalista.

Meu principal objetivo neste livro é apresentar o debate teórico sobre desenvolvimento e estagnação da forma mais organizada e clara possível, num texto cujo entendimento não fique restrito a economistas e estudantes de economia, mas que seja também acessível a todos os interessados no tema. Desde cedo, nós, economistas, aprendemos que a teoria econômica é extremamente abstrata, porque se desenvolve num mundo real bastante complexo, em interação com grande diversidade de agentes (empresas, famílias, governo, bancos etc.), que operam em mercados distintos e com interesses muitas vezes conflitantes. No entanto, penso que, com algum esforço didático, teorias, inclusive a econômica de maior complexidade, podem ser acessíveis a públicos não especializados. Procurei, então, escrever em linguagem clara, mas sem descuidar do rigor acadêmico na explicação das teorias. Mantive os termos técnicos familiares aos economistas, mas acrescentando os respectivos conceitos em rodapés (alguns relativamente longos), para facilitar o entendimento de não economistas. A unificação, num mesmo volume, dos principais fundamentos teóricos do desenvolvimento econômico, incluindo a contribuição das teorias construídas na América Latina, torna o



PREFÁCIO

material útil como manual de estudo por estudantes de graduação, pós-graduação e outros profissionais.

A discussão apresentada no livro é eminentemente teórica. Isso não impede que eu faça alusão, de maneira ilustrativa, a casos específicos de países, exitosos ou não no processo de desenvolvimento. O Brasil é o exemplo que aparece com maior frequência, porque é onde, no mundo periférico, registram-se, de forma bastante clara, duas fases distintas: a primeira, entre 1950 e 1980, em que as políticas econômicas foram fortemente influenciadas pelos desenvolvimentistas. A segunda, de 1990 até o presente, em que as políticas econômicas são marcadas pelas ideias liberais neoclássicas, notadamente as neoliberais. Não terá sido por mero acaso que, enquanto no período 1950-1980, o Brasil seguiu trajetória relativamente sustentada de crescimento econômico, desde 1980 – quando se iniciou uma década marcada pela crise da dívida externa, alta inflação e transição para a adoção de estratégias neoliberais – até o presente, ainda não conseguimos nos livrar da estagnação.

Pude contar com a leitura atenta de amigos do meio acadêmico, que fizeram comentários e sugestões ao texto original. Meus agradecimentos a Alfredo Saad Filho, André Lara Resende, Carlos Aguiar de Medeiros, Carmem Feijó, Cyro Andrade, Eliane Araújo, Fábio Terra, Gabriel Porcile, José Márcio Rego, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Luiz Gonzaga Belluzzo e Patrícia Cunha. Rosa Freire D'Aguiar leu o capítulo alusivo à contribuição de Furtado e fez alguns comentários que ajudaram a refinar o texto final. Merecem um duplo e especial agradecimento Cyro Andrade e Fábio Terra, que, além dos comentários técnicos, fizeram também sugestões para aprimoramento de estilo e linguagem. Imperfeições remanescentes são, evidentemente, de minha responsabilidade.

Desejo a vocês uma boa leitura!

ANDRÉ NASSIF